



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2024

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE JANEIRO

Fevereiro 2024

ÍNDICE

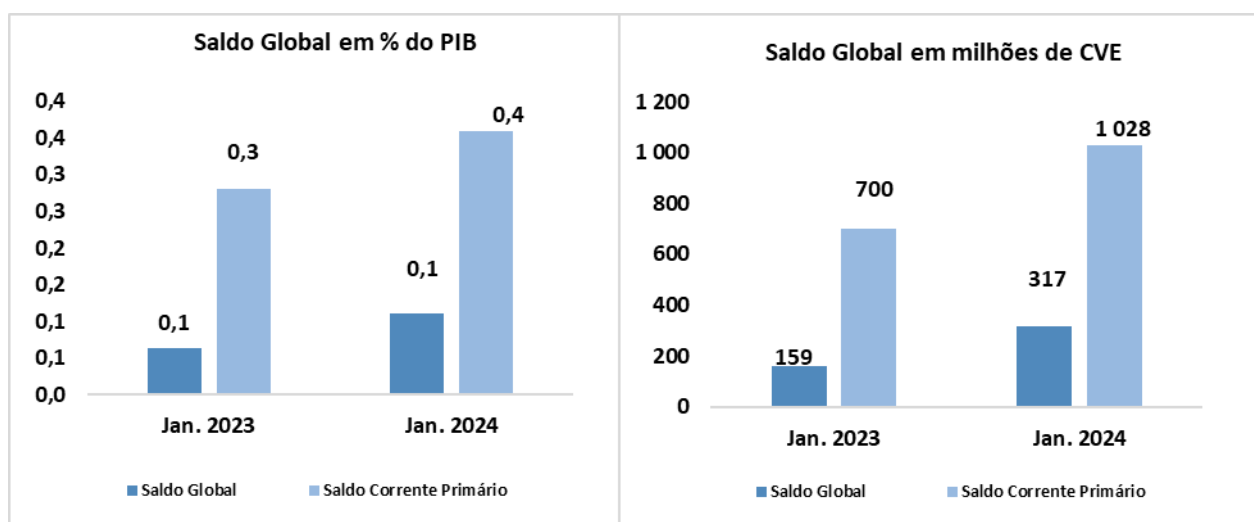
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	8
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	9
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	12
3.3.	Por Tipo de Financiamento	12
4.	Dívida Pública	13

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em janeiro de 2024, foi positivo em 317,3 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 0,1% do PIB. Esse resultado reflete uma melhoria de 0,05 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2023.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,08 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,4%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em janeiro de 2024, comparativamente ao mesmo período de 2023, decorrem:

- Do aumento das receitas totais em 7,3% (+312,5 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- Do decréscimo das despesas totais em 0,1% (-5,1 milhões de CVE), registando diminuições nas despesas com pessoal e juros correntes.
- Do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 1,7% (159,2 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2023		2024			
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan	Grau Exec	Tax. Hom
1. Total Receitas	64 238	4 296	77 050	4 609	6,0	7,3
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	58 230	4 063	70 640	4 570	6,5	12,5
Impostos	44 350	3 522	55 281	3 937	7,1	11,8
Segurança Social	71	0	56	0	0,5	100,6
Transferências (donativos)	6 009	234	6 410	39	0,6	-83,5
Corrente	2 970	103	5 888	39	0,7	-62,5
Capital	3 038	131	521	0	0,0	-100,0
Outras Receitas	13 808	541	15 303	632	4,1	16,9
2. Total Despesas	66 108	4 109	74 417	4 104	5,5	-0,1
Despesas com Pessoal	24 581	1 738	26 961	1 618	6,0	-6,9
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	426	16 960	456	2,7	7,2
Juros Correntes	5 877	642	6 238	523	8,4	-18,6
Subsídios	2 022	76	1 870	139	7,4	82,5
Transferências	6 502	402	7 867	447	0,0	11,3
Corrente	5 899	400	7 340	447	0,0	11,7
Capital	604	1	527	0	0,0	-100
Benefícios Sociais	9 143	682	10 740	763	7,1	11,9
Outras despesas correntes	3 218	67	3 780	79	2,1	17,9
Valor a regularizar	0	76	0	79	0,0	3,8
3. Resultado Operacional Bruto	-1 869	188	2 633	505	19,2	169,3
4. Ativos não Financeiros	11 156	29	10 810	188	1,7	555,8
Compra ativos não financeiros	11 904	29	11 532	179	1,6	519,3
Venda ativos não financeiros	747	0,3	722	8,4	1,2	2416,8
5. Saldo Global (1-2-4)	-13 026	159	-8 177	317	-3,9	99,6
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,4	0,1	-3,1	0,1	-	-
Saldo Corrente Primario	1 573	700	8 877	1 028	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,7	0,3	3,4	0,4	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-7 149	801	-1 938	840	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-2,9	0,3	-0,7	0,3	-	-
6. Financiamento	13 026	78	8 177	-176	-	-
6.1 Ativos Financeiros	1 955	-1 587	657	-663	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	194	2	247	0	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-1 851	-6	-516	-13	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 200	-1 755	-2 600	-650	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	3 685	173	1 215	0	-	-
6.2 Passivos Financeiros	11 071	1 664	7 520	487	-	-
 Interno líquido	6 641	411	6 343	1 054	-	-
Sistema bancário	0	193	0	902	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	16 650	-	15 674	-	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-9 823	-	-9 284	-	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-187	-8	-47	-5	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCv	0	400	0	85	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-1 008	0	-1 055	-	-
Outras operações de tesouraria	0	997	0	115	-	-
Sistema não bancário	0	-163	0	1 013	-	-
 Externo líquido	4 430	1 253	1 177	-568	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	15 013	1 833	11 970	15	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-10 606	-579	-10 793	-583	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	237	0	141	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até janeiro de 2024 cifraram-se em 4.617,1 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 7,5%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan		
Impostos	44 350	3 522	55 281	3 937	7,1	11,8
Imposto único sobre rendimentos	10 968	446	12 180	547	4,5	22,6
IR-PS	6 923	394	7 699	500	6,5	26,8
IR-PC	4 045	52	4 481	47	1,0	-9,0
Outros impostos directos	165	103	654	122	18,6	18,0
Tributo Especial Unificado - TEU	132	103	654	122	18,6	18,0
Taxa de Incêndio	33	0	1	0	4,1	-36,6
Imposto sobre bens e serviços	23 037	2 073	28 592	2 359	8,3	13,8
Imposto sobre o valor acrescentado	17 939	1 580	21 692	1 893	8,7	19,8
IVA DGA	9 551	854	12 904	770	0,0	-9,9
IVA DGCI	8 389	726	8 789	1 123	0,0	54,8
Imposto consumo especial	2 605	282	3 672	233	6,4	-17,2
Taxa de Tabaco	470	26	628	0	0,0	-100,0
Contribuição turística	946	102	1 471	165	11,2	62,2
Taxa ecológica	756	61	800	45	5,7	-25,6
Taxa estatística aduaneira	320	24	327	23	6,9	-4,0
Impostos sobre transações internacionais	9 351	813	12 914	821	6,4	1,1
Direitos de importação	8 991	777	12 366	791	6,4	1,9
Taxa comunitaria CEDEAO	360	36	548	30	5,5	-16,1
Outros impostos	829	87	941	89	9,4	2,0
Imposto de selo	769	83	876	86	9,8	3,0
Imposto especial sobre jogos	60	3,69	65	3	4,5	-20,9
Segurança Social	71	0	56	0	0,5	100,6
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	71	0	56	0	0,5	100,6
Transferências	6 009	234	6 410	39	0,6	-83,5
De Governos Estrangeiros	5 225	193	5 402	7	0,1	-96,2
Ajuda Orçamental	849	110	1 190	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	98	20	214	0	0,0	-100,0
Donativos directos	4 278	63	2 481	7	0,3	-88,3
De Organizações Internacionais	302	10	521	0	0,0	-100,0
Das Administrações Públicas	481	31	487	31	6,4	2,4
Outras Receitas	13 808	541	15 303	632	4,1	16,9
Rendimentos de propriedade	5 562	10	4 619	127	2,8	1204,6
Venda de bens e serviços	6 716	467	8 258	419	5,1	-10,3
Multas e outras penalidades	361	38	1 013	58	5,7	51,3
Outras transferências	391	6	456	14	3,2	155,2
Outras receitas diversas e não especificadas	778	20	958	14	1,4	-32,5
Receitas	64 238	4 296	77 050	4 609	6,0	7,3
Ativos e Passivos	747	0	722	8,4	1,2	2 416,8
Ativos não Financeiros	747	0	722	8,4	1,2	2416,8
TOTAL RECEITAS	64 986	4 297	77 772	4 617	5,9	7,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até janeiro de 2024, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 4.608,7 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,3%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+21,8%), dos impostos indiretos (+10,0%), segurança social (+100,6%), outras receitas (+16,9%) e por outro lado, da diminuição da arrecadação em sede das transferências (-83,5%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 21,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 499,6 milhões de CVE, registando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 26,8% (+105,5 milhões de CVE), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e D em 9,5%, 75,9%, 9,8% e 64,8%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que as categorias A, C e E ficaram abaixo do montante previsto, tendo, contudo, o IRPS registado uma cobrança acima do previsto em (31,0 milhões de CVE; 6,6%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 47,0 milhões de CVE, dos quais, 41,7 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 5,3 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando ligeiramente abaixo da cobrança registada no período homólogo anterior, em 4,6 milhões de CVE (-9,0%) e da previsão, em 2,9 milhões de CVE (+6,6%).
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 121,6 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 18,6 milhões de CVE (+18,0%), comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento da atividade económica e da cobrança de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 9,6 milhões de CVE.
- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 10,0% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 1.892,9 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 313,4 milhões de CVE (+19,8%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um ligeiro decréscimo de 9,9% (-84,1 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 54,8% (+397,5 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
 - alojamento e restauração (+244,4 milhões de CVE; 114,1%);
 - comércio por grosso e a retalho (+39,9 milhões de CVE; 22,5%); e
 - atividades de informação e de comunicação (+46,5 milhões de CVE; 101,8%).Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 28,2 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.052 em janeiro de 2023 para 1.133 em janeiro de 2024.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 164,7 milhões de CVE, registando um aumento face ao montante cobrado em igual período ano anterior em (+63,2 milhões de CVE; +62,2%), justificado pelo aumento substancial da procura turística registado em dezembro do ano passado. Em relação à previsão, verificou-se também, uma cobrança acima do montante estipulado para o período em 48,6 milhões de CVE (+41,9%).
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 1,1% (+8,8 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2023, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 1,9% (+14,5 milhões de CVE), justificado pelo aumento do volume da importação, e também se verificou uma diminuição na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 16,1% (-5,8 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 85,8 milhões de CVE, dos quais 45,3 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 40,5

milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 2,5 milhões de CVE (+3,0%) face ao período homólogo anterior e um decréscimo de 8,8 milhões de CVE (-9,3%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 2,9 milhões de CVE, registando um decréscimo de 20,9% face ao período homólogo, e ainda abaixo da previsão em 35,1%.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 22,7 milhões de CVE correspondente a um decréscimo de 1,0 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 38,6 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 83,5% (-194,9 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2023. Esta diminuição decorre do decréscimo das transferências de governos estrangeiros em 185,9 milhões de CVE, das transferências de organizações internacionais em 9,8 milhões de CVE, bem como ligeiro aumento nas transferências às administrações públicas em +0,7 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 16,9% (+91,4 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (+117,4 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela entrada da renda de outras concessões;
- Multas e outras penalidades (+19,7 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora;
- Outras transferências (+8,8 milhões de CVE).

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em janeiro de 2024, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um acréscimo de 8,0 milhões de CVE, comparativamente a janeiro de 2023, em face as vendas pontuais não registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em janeiro de 2024, atingiram os 4.283,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,5% em relação ao período homólogo de 2023.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan		
Despesas com Pessoal	24 581	1 738	26 961	1 618	6,0	-6,9
Remuneração Certas e Permanentes	22 414	1 591	24 728	1 582	6,4	-0,6
Segurança Social	2 167	147	2 233	36	1,6	-75,6
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	426	16 960	456	0,0	7,2
Juros Correntes	5 877	642	6 238	523	0,0	-18,6
Dívida interna	2 315	318	3 827	289	7,6	-9,2
Dívida externa	3 486	296	2 313	233	10,1	-21,1
Outros encargos	77	27	98	0	0,0	-100,0
Subsídios	2 022	76	1 870	139	7,4	82,5
Transferências Correntes	6 502	402	7 867	447	5,7	11,3
Governos Estrangeiros	598	39	603	10	1,6	-75,3
Organismos Internacionais	474	2	472	0	0,1	-74,0
Administração Pública	5 431	361	6 676	435	6,5	20,5
Para Outras Entidades			117	2	1,5	0,0
Benefícios Sociais	9 143	682	10 740	763	7,1	11,9
Outras Despesas Correntes	3 218	67	3 780	79	2,1	17,9
Valor a regularizar	0	76	0	79	0,0	3,8
Despesas	66 108	4 109	74 417	4 104	5,5	-0,1
Ativos e Passivos	11 904	29	11 532	179	1,6	519,3
Ativos não Financeiros	11 904	29,0	11 532	179,5	1,6	519,3
TOTAL DESPESAS	78 012	4 138	85 949	4 283	5,0	3,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 31 de Janeiro de 2024, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 4.103,6 milhões de CVE, registando um decréscimo de 0,1% em relação ao executado no mesmo período de 2023. Esta evolução resultou do aumento da execução de algumas rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+7,2%), Subsídios (+82,5%), Transferências (+11,3%), Benefícios Sociais (+11,9%), Outras Despesas (+17,9%),

bem como da diminuição da Despesa com o Pessoal (-6,9%) e dos Juros correntes (-18,6%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 6,9% (-120,4 milhões de CVE), decorrente de despesas com a Contribuição para Segurança Social (-112,6 milhões de CVE);
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 7,2% (+30,6 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. Outros Serviços (+18,6 milhões de CVE), no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Aldeias Turísticas Rurais”, “Promoção Imagem Do Turismo” “Qualificação Das Localidades” ambos financiados com recursos consignados pelo fundo do turismo e “Gestão e Apoio a Inspeção Zoo e Fitossanitária”.
 - ii. Assistência Técnica – Não Residentes (+5,1 milhões de CVE) no âmbito de novos projetos “Capital Humano- Setor Educação”, “Promoção Imagem do Turismo”, “Reforço Sistema Judicial Promoção e Proteção dos Direitos Humanos” e “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/Ugpe”;
 - iii. Medicamento (+0,6 milhões de CVE), referente a pagamentos de faturas junto da Emprofac, bem como o fornecimento de produtos farmacêuticos para as estruturas públicas de saúde;
 - iv. Honorários (+4,6 milhões de CVE), com destaque, Ministério da Saúde, da Educação, e do Turismo e Transportes;
 - v. Outros Bens (+31,3 milhões de CVE), no setor da Agricultura e Ambiente no programa “Programa de emergência para mitigação da Seca - salvamento de gado”; e
 - vi. Publicidade dos Atos e Decisões Administrativas” (+3,5 milhões de CVE), com destaque ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência Conselho de Ministro e na Assembleia Nacional, na liquidação das faturas pendentes junto da Imprensa Nacional de Cabo Verde.

- A despesa com os juros registou um decréscimo de 18,6% (-119,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2023, resultado da diminuição das despesas com os juros da dívida externa em 21,1% (-62,5 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2023 e da componente interna em 9,2% (-29,4 milhões de CVE).
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 82,5% (+62,8 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2023. Derivado dos subsídios às empresas de eletricidade, no âmbito da medida adicional de empoderamento das famílias pobres ao consumo digno de energia elétrica e do reforço institucional e melhoria do ambiente de negócio;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 11,9% (+81,0 milhões de CVE), decorrente do aumento atribuído pelo Governo às pensões, nos termos do número 5 do artigo 10º da Lei do OE 2024, bem como da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos com as pensões de aposentação em 6,5% (+30,8 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 26,2% (+35,9 milhões de CVE) e pensões de sobrevivência em +35,8 milhões de CVE.
- As “Transferências” tiveram um agravamento de 11,3% (+45,5 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica “Municípios corrente” em 39,1% (+110,7 milhões de CVE), no âmbito do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo Desenvolvimento do Turismo”.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um acréscimo de 17,9% (+12,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2023, justificado pelas rubricas seguros 20,5% (+1,9 milhões de CVE), bolsa de estudo e outros benefícios educacionais em 7,5% (+1,8 milhões de CVE), id outras Correntes 14,9% (+1,8 milhões de CVE).

O valor da despesa por regularizar, em janeiro situou-se na ordem dos 78,6 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 179,5 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 150,5 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2023.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 70,0 milhões de CVE, “Construção da nova escola da Várzea” com uma execução de 36,3 milhões de CVE, “Fundo de Modernização da Justiça” com uma execução de 30,7 milhões de CVE, “Licença de aplicativos Utic” com uma execução de 21,5 milhões de CVE, “FAP - Serviço de desenvolvimento do sector das Pescas” com uma execução de 4,0 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 3,4 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Baptista de Sousa” com uma execução de 2,5 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 98,0% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 2,0% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 50,2 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 26,1 milhões de CVE, a Nama *Facility-Giz* com 8,1 milhões de CVE, a Fundação Calouste Gulbenkian com 3,6 milhões de CVE, o P.N.U.D. com 3,2 milhões de CVE, EC Nações Unidas com 3,0 milhões de CVE, a União Europeia com 1,6 milhões de CVE, a “Organização Oeste Africana da Saúde” com 1,3 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 33,8 milhões de CVE, equivalente a 40,2% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 8 programas, com destaque a “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (11,5 milhões de CVE), “Desenvolvimento do Capital

Humano” (10,4 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Turismo” (3,5 milhões de CVE), “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (3,2 milhões de CVE), “Modernização do Estado e da Administração Pública” (1,8 milhões de CVE), “Habitação, Desenvolvimento Urbano e Gestão do Território” (1,2 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Janeiro	Grau Exec.	Peso %
Interno	73 124	4 199	5,7	98,0
Tesouro (Rec. Int.)	71 753	4 150	5,8	98,8
OFN	1 371	49	3,5	1,2
Externo	12 824	84	0,7	2,0
Donativo	4 394	50	1,1	59,8
Empréstimo	8 388	34	0,4	40,2
Ajuda alimentar	42	0	0,0	0,0
Total da Despesa	85 949	4 283	5,0	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 de janeiro de 2024, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 297.782,1 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 95.360,6 milhões de CVE (33,3% do PIB) e à dívida externa 202.421,6 milhões de CVE (70,7% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB¹ atingiu os 104,0%, cerca de 9,6 p.p. abaixo do registado em janeiro de 2023.

Quadro 5 - Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	janeiro 23	janeiro 24	Var. Hom	% PIB/23	% PIB/24
Estoque Global	295 329,7	297 782,1	0,8	113,6	104,0
Dívida Interna	91 726,4	95 360,6	4,0	35,3	33,3
Dívida Externa	203 603,3	202 421,6	-0,6	78,3	70,7

Fonte: MFFE – DGT

¹ Considerou-se o *rebasing* do PIB.